

- XIV -**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO ÀS
TECNOLOGIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO
PEDAGÓGICO ESCOLAR****Luiz Dalmacir da Silveira**Universidade Cidade de São Paulo – UNICID
e-mail: luizdalmacir@gmail.com**Sandra Lúcia Ferreira**Universidade Cidade de São Paulo - UNICID
e-mail: 07sandraferreira@gmail.com**Renata Cottet**Universidade Cidade de São Paulo - UNICID
e-mail: renatacottet35@gmail.com**RESUMO**

A escola está em crise. Esta constatação aparece a partir da literatura pesquisada – teses, dissertações, artigos produzidos nos últimos dez anos. Como hipótese há indicações de um descompasso entre o que a sociedade almeja e o que ela própria pode oferecer em termos de Educação/aprendizagem. Historicamente, segundo Couto e Coelho (2013, p.2) a escola surge a partir de necessidades de ações humanas e foi se constituindo como uma instituição “onde os ideais educacionais podem traduzir-se em práticas pedagógicas, curriculares, sociais, culturais e políticas”. Já na apresentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013, p.4) a escola aparece como “o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos”.

No entanto, tais práticas nem sempre são implementadas com vistas a emancipação do educando. Isso porque as medidas de desenvolvimento econômico e social têm relação direta com a possibilidade de criação de mercados para produtos e serviços tornando possível verter tudo em oportunidade de compra e venda. É o caso da implementação das tecnologias

propostas para os ambientes educativos. Gomes *et al* (2017, p.2) apontam uma variada produção acadêmica sobre essa temática ao pesquisar os trabalhos apresentados “no GT-16 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)”. Para os autores, citando Bonilla (2012) “o número de pesquisadores nesta área era cada vez maior e mais diversificado, buscando entender desde as possibilidades de seu uso até suas limitações, perpassando por fatores como formação, compreensão e desenvolvimento” (p.2).

Portanto, será que a aquisição de “novas tecnologias” encaminha a solução de problemas que professores enfrentam em sala de aula? Para responder a esse questionamento foi proposto um estudo com objetivo de discutir as contribuições/papel das tecnologias no processo pedagógico, isto é, na prática cotidiana docente. Como objetivos específicos buscar evidências em legislações e normativas que estimulem o acesso às tais tecnologias digitais nos ambientes educativos, seus limites e suas possibilidades alertando para o caráter temporal dos instrumentos técnicos digitais e virtuais e suas constantes atualizações (*upgrade*). A análise documental – da literatura e normativas legais – favoreceu o aprofundamento do tema e indicou muitos e diversificados problemas enfrentados pelos professores na ação educativa.

Sibília (2012, p.14) lembra que “há uma divergência de época: um desajuste coletivo entre os colégios e seus alunos na contemporaneidade, que se confirma e, provavelmente, se reforça dia a dia na experiência de milhões de crianças e jovens em todo o mundo”. Couto e Coelho (2013, p.2) pontuam o currículo como “rígido e repetitivo”, o que acarreta certa defasagem em relação ao ideal e à função social da escola que, muitas vezes, esvazia o sentido epistemológico nos processos de aprendizagens, tanto de alunos quanto de professores. Atentam também para os números de evasão e permanência dos educandos nas escolas e para o fato de que os educandos são “sujeitos que interagem com o mundo a partir da mediação de tecnologias” (p. 4).

Bonilla (2012, p.1) ao discorrer sobre a produção científica a respeito de tecnologias e educação afirma que “pesquisadores brasileiros, de diferentes áreas do conhecimento, organizam grupos e linhas de pesquisas voltados para o estudo das características, potencialidades e limites das tecnologias digitais”. Neste contexto, constata-se que a escola ainda não se constitui como centro irradiador de uma cultura digital capaz de superar o desajuste mencionado por Sibília anteriormente.

Mas o que fazer para mudar tal situação? Até que ponto as tecnologias podem ajudar a reverter este quadro de crise? As escolas precisam de máquinas e equipamentos ou de

professores mais bem formados e remunerados? As políticas públicas conseguem dar conta de tais desafios? E as tecnologias digitais ajudam ou atrapalham o trabalho pedagógico?

Historicamente, a educação básica vem tendo um olhar diferenciado por parte do Governo Federal, tanto que as políticas públicas relacionadas às tecnologias - sua presença e usos nas escolas públicas -, começam a partir da década de 1990. Elas surgem como forma de suprir uma necessidade e com finalidades e objetivos bem específicos cuja ênfase repousa na melhoria da qualidade da aprendizagem.

Dados fornecidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br 2017) demonstram que o acesso ao ambiente virtual aumentou nos últimos anos entre as escolas e, também entre estudantes. Contudo, o principal problema centra-se na baixa velocidade de conexão (aspecto técnico) com o mundo virtual, o que dificulta bastante o trabalho pedagógico.

Segundo Couto e Coelho (2013, p.3) “a escola pública deve ser um dos *locus* para a promoção do acesso e apropriação de forma a favorecer e promover o ensino e aprendizagem mediado e potencializados por esses aparatos”. O que leva a uma indagação: as tecnologias poderão ajudar num processo de atualização ou mesmo de ressignificação do mundo de forma emancipatória?

O desafio que se impõe para a prática pedagógica é possibilitar uma educação “contextualizada e significativa”, que prepare o educando para o exercício da cidadania e participação social. Bonilla (2002, p.18) adverte: “torna-se urgente que o mundo de dentro entre em sintonia com o mundo de fora da escola, de forma que os jovens-alunos possam construir significações”. Por isso as palavras de Stephen Ball fazem todo sentido ao tratar de políticas públicas e educação. Segundo Ball, citado por Mainardes e Marcondes (2009, p.306), as “políticas, principalmente educacionais, são pensadas e em seguida escritas com relação às melhores escolas possíveis (...), com pouco reconhecimento de variações de contexto, em recursos ou em capacidades locais”.

O mundo está conectado [real e virtualmente] e a escola precisa compreender essas conexões e utilizá-las em suas práticas sob o risco de tonar-se obsoleta e descartável, caso não consiga fazer um *upgrade*.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola aprendente: desafios e possibilidades postos no contexto da Sociedade do Conhecimento**. (Tese de Doutorado) UFBA, 2002. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6819/1/tese%20bonilla.pdf> Data de acesso 06 Jan. 2019.

_____. *A presença da cultura digital no GT Educação e Comunicação da ANPEd*. **Revista Teias**, v. 13, n. 30, p. 23 pgs., 2012. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24272/17251> Data de acesso 13 Jan. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. / Ministério da Educação. – Brasília: Governo Federal, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> Data de acesso 06 Jan. 2019.

_____. **Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)** Pesquisa TIC Educação, 2017. Disponível em https://cetic.br/media/analises/tic_educacao_2017_coletiva_de_imprensa.pdf Data de acesso 06 Jan. 2019.

COUTO, Maria Elizabete Souza. **Políticas públicas para inserção das TIC nas escolas: algumas reflexões sobre as práticas**. Rev. Colabor@, v.8, n.30, Dez. 2013. Disponível em <http://docplayer.com.br/42674674-Politicass-pubblicas-para-insercao-das-tic-nas-escolas-algumas-reflexoes-sobre-as-praticas-1.html> Data de acesso 10 Jan. 2019.

GOMES, José Anderson Costa; [et al] **A ANPED e as tecnologias da educação e comunicação: um resgate de sua produção**. Rev. Tecn. Educ. Ano 9 – Número/Vol.22, 2017. Disponível em <http://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2017/10/Art12-vol.22-Edi%C3%A7%C3%A3o-Tem%C3%A1tica-VI-Outubro-2017.pdf> Data de acesso 13 Jan. 2019.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES Maria Inês. **Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional**. Educação & Sociedade, Campinas, v.30, n.106, p.303-318, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf> Data de acesso 13 Jan. 2019.

OLEGÁRIO, Maria da Luz; GONDIM, Patrícia Guedes Corrêa. **Política e Gestão da Educação**. Disponível em

http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/politica_e_gestao_da_educacao_1462975845.pdf
Data de acesso 10 Jan. 2019.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Trad. Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.